

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 29571446/2026 - SAMA.UGA.ARP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O município de Joinville possui demanda de serviços relacionados à poda de árvores, os quais tratam-se de um mecanismo necessário para o equilíbrio, segurança e o controle da arborização que convive com os equipamentos e estruturas públicas, trânsito de carros, ciclistas e pedestres, bem como com relação ao meio ambiente.

A contratação desses serviços a serem prestados visa garantir a manutenção da arborização urbana e a retirada de galhos ou árvores que possam causar acidentes ou atrapalhar logradouros e/ou espaços públicos, proporcionando segurança sem deixar de dar destaque para a sustentabilidade, a paisagem urbanística e criando condições favoráveis à mobilidade urbana.

Visando planejamento necessário, há necessidade de iniciar um processo licitatório a fim de garantir que os serviços de manutenção da arborização urbana não sejam interrompidos após o término dos contratos vigentes.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024:

Art. 1º O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025. (26758096), que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, processo SEI 25.0.040527-8.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1 A contratada de cada lote deverá possuir no mínimo duas equipes, sendo

a) (Equipe 1) - caminhão Munck 24 metros com no mínimo 600kg de carga com a lança totalmente estendida, máximo 10 anos de uso, carroceria e altura padrão, 1 (um) cesto por caminhão.

b) (Equipe 2) - caminhão carroceria mínimo 1 metro de altura de carga e no mínimo 5 metros de comprimento, máximo 10 anos de uso. Os caminhões deverão ser aprovado pelos órgãos competentes, com elevação para pessoas. A vistoria será realizada após a classificação final das empresas, com agendamento prévio pela unidade.

3.1.2 Todos os caminhões e equipamentos deverão estar em boas condições para a perfeita execução dos serviços.

3.1.3 A remoção, transporte e destinação dos resíduos gerados pelas podas e /ou supressões de árvores e toco, serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma atender as legislações ambientais vigentes.

DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

3.2 A Contratada deverá atender à todos os requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Econômico-Financeira, conforme exigido nos Arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e nos respectivos itens deste Estudo Técnico Preliminar e do Memorial Descritivo (29571489).

3.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

3.2.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.2.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da parcela pertinente da contratação e comprovação por meio de capital social.

3.2.4 A proponente deverá demonstrar:

- A capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional;
- Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: serviço de podas e supressões de árvores

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de obra/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 25% (vinte e cinco por cento) do total a ser executado, ou seja: 25% do quantitativo de cada item de cada lote.

- Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

DA VISITA TÉCNICA

3.3 - Para o devido conhecimento dos endereços e equipamentos atuais da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail sama.uga.arp@joinville.sc.gov.br.

3.3.1 - A visita será realizada individualmente com cada interessado sempre em horários distintos.

3.3.2 - A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante do Município, nos locais onde estão instalados os equipamentos contemplados neste Estudo Técnico Preliminar e no Memorial Descritivo (29571489).

3.3.3 - Durante a visita não será fornecido pelo representante do Município nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Memorial Descritivo (29571489), nesse sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e equipamentos.

3.3.4 - Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" pela Secretaria De Meio Ambiente, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos de habilitação.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.4 - A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos;

a) Caso a contratada conceda prazo de garantia maior que o hora estipulado, a garantia da mesma deverá prevalecer.

b) Para fins de devida constatação, o prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

DOS PADRÕES DE DESEMPENHO

3.5 - Deverão ser atendidos, neste sentido os seguintes padrões mínimos:

3.5.1 - Em caso de suspeita ou dúvida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá solicitar a realização de ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto, cujos custos deverão ser arcados exclusivamente pela contratada, nos termos do Art. 140, §4º da Lei 14.133/2021.

3.5.2 - Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão do serviço no prazo previsto e com a qualidade esperada, deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de produtividade.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, para a estimativa das quantidades será considerando que a execução dos serviços dependerá da demanda diária de solicitações realizadas através da ouvidoria e de órgãos externos. Para tanto, consideramos o quantitativo usado na execução da última licitação, com um acréscimo de 25% no quantitativo, visando atender de forma eficiente a demanda anual.

4.2 - De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos da contratação vigente (24.0.014185-6, 24.0.014190-2, 24.0.065532-9), e realizado o levantamento de acordo com as necessidades da Unidade de Gestão Ambiental - UGA da Secretaria de Meio Ambiente - SAMA.

4.3 - A contratação, conforme subitem 4.1 do DFD, disponível no link (29146146), tem como quantitativo estimado o executado no ano 2024 e 2025, conforme Licitação (23.0.260741-9) e Atas de Registro de Preço SEI 24.0.014185-6, 24.0.014190-2, 24.0.065532-9 com acréscimo de 25 por cento para crescimento da demanda.

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Denominação	Descritivo
1	1	9000	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
1	2	3750	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
1	3	1800	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De arborização urbana de grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
1	4	939	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
1	5	660	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
1	6	286	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Denominação	Descritivo
2	7	10500	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
2	8	4375	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
2	9	2100	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De arborização urbana de grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
2	10	1093	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
					Remoção de árvores

2	11	770	Unidade	Remoção de árvores	médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
2	12	332	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Denominação	Descritivo
3	13	10500	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
3	14	4375	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
3	15	2100	Unidade	Poda em árvore	Poda em árvore De arborização urbana de grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.
3	16	1093	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d < 15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
3	17	770	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)
3	18	332	Unidade	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- EXECUÇÃO DIRETA/MAQUINÁRIO PRÓPRIO: Execução dos serviços com equipes de servidores, equipamentos e caminhões próprios. Esta solução só seria viável se houvesse aumento no quadro de funcionários mediante concurso público, treinamento, além da aquisição de maquinário, caminhões e destinação do material, demandando, portanto, um maior gasto aos cofres públicos bem como aumentando o tempo para o início das operações.

- EXECUÇÃO DIRETA/MAQUINÁRIO LOCADO: Execução dos serviços com equipes de servidores, equipamentos e caminhões locados. Esta solução só seria viável se houvesse aumento no quadro de funcionários mediante concurso público, treinamento, além da locação de maquinário, caminhões e destinação do material, demandando, portanto, maior gasto aos cofres públicos bem como aumentando o tempo para o início das operações.

- EXECUÇÃO INDIRETA/CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS: Neste formato, a empresa contratada fornece mão-de-obra, destinação para o material proveniente das podas e supressões, equipamentos e caminhões para a execução dos serviços, além da disponibilização dos materiais (insumos). Assim, a municipalidade não necessita de aumento no quadro de funcionários mediante concurso público, treinamento e todos os custos com serviços de emergência e urgência realizados durante intempéries e fora do horário padrão de serviço. Além disso, a contratada consegue dimensionar com maior precisão os custos envolvidos na prestação e ofertar uma proposta vantajosa para ambas as partes.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos trazidos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de EXECUÇÃO INDIRETA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, estão baseados nos valores praticados no último processo de requisição de compras SEI 23.0.082845-0, e nas Atas que resultaram destes processos,

SEI 24.0.014185-6, 24.0.014190-2, 24.0.065532-9, bem como nos valores orçados.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais)

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de podas e supressões de árvores no município de Joinville, com equipes simultâneas para atender à Unidade de Gestão Ambiental (SAMA.UGA) da Secretaria de Meio Ambiente - SAMA.

7.1.1 A SAMA.UGA se responsabiliza pelo fornecimento das Ordens de Serviço, necessário e suficiente, para a execução dos serviços.

7.1.2 Ademais, não é necessário contratar todo o quantitativo da Ata de uma só vez, e, portanto, não há necessidade de bloqueio orçamentário de todo o montante previsto.

7.1.3 Diante do exposto, bem como os respectivos itens a seguir, a contratação mediante o Sistema de Registro de Preços está em consonância com o Art. 85 da Lei nº 14.133/2021, cujos requisitos serão observados e detalhados no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2 A contratação é a mais vantajosa para a Administração, vez que além de reduzir os custos indiretos que envolvem o processo licitatório anualmente, traz segurança para que o município seja atendido conforme o cronograma proposto no Memorial Descritivo.

7.3 A demanda do município para a presente contratação possui baixa taxa de sazonalidade, podendo ser considerada fixa, permitindo que o município se antecipe e consiga através do seu quantitativo unificado uma maior economia ao erário.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

É tecnicamente e economicamente viável dividir a solução/contratação, sendo que não haverá a perda econômica pela divisão, e ainda, haverá o melhor aproveitamento de mercado, ampliação da competitividade e maior agilidade na execução dos serviços pois serão realizados de forma simultânea ao dividir a solução.

É divisível e pode ser parcelado em lotes, sendo:

LOTE 1 - Aproximadamente 30% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 4 e 6**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) na área de abrangência da Unidade Regional de Obras Centro-Norte, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

LOTE 2 - Aproximadamente 35% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 4 e 6**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) nas áreas de abrangência das Unidades Regionais de Obras Oeste, Pirabeiraba, Nordeste e Leste, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

LOTE 3 - Aproximadamente 35% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 4 e 6**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) nas áreas de abrangência das Unidades Regionais de Obras Sudoeste, Sul e Sudeste, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

TABELA DE SERVIÇOS E QUANTITATIVO POR LOTE					
Item	Serviço	Contratado	Lote 1 - 30%	Lote 2 - 35%	Lote 3 - 35%
1	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	30000	9000	10500	10500
2	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	12500	3750	4375	4375
3	Poda em árvore De arborização urbana de grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	6000	1800	2100	2100
	Remoção de árvores				

4	Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	3125	939	1093	1093
5	Remoção de árvores médio porte d >= 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	2200	660	770	770
6	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	950	286	332	332

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Busca-se a contratação de até 3 empresas distintas, já que optamos pela separação do quantitativo em três lotes, para melhor atendimento da população devido ao tamanho do município, buscando maior agilidade em mais frentes de trabalho, com menos deslocamentos em caso de emergências e acidentes, que frequentemente ocorrem envolvendo colisões com árvores ou durante as intempéries que assolam nossa cidade, além da diminuição do prazo de espera para execução. Além do mais, após análise da última Licitação, que originou 03 Atas de Registro de Preço (uma para cada lote), verificamos que houve diminuição no tempo de espera de execução de serviço, melhorando o atendimento prestado pela Prefeitura aos munícipes.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

Além disso, pontua-se que a Administração será responsável por comunicar a empresa, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no transporte, entrega e demais etapas do fornecimento para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos; e receber os produtos, conferir e acompanhar a entrega.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há interesse desta Secretaria na utilização de atas ou consórcios díspar, no que tange principalmente ao consórcio, a SAMA não possui natureza de despesa condizente com sua participação em consórcios, o que será corrigido na próxima LDO e LOA para efetivo em 2026, assim não há contratações correlatas e/ou interdependentes de forma a atender o objeto.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando que toda a poda e/ou supressão de espécimes arbóreos em vias e logradouros públicos é precedida de autorização técnica emitida pela Prefeitura de Joinville, por meio de ordens de serviço específicas, os impactos ambientais diretos são analisados individualmente antes da execução. Todavia, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, a execução contratual deverá adotar medidas mitigatórias.

A empresa contratada deverá garantir a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos vegetais gerados, priorizando o seu reaproveitamento e apresentando o devido comprovante de destinação final em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Adicionalmente, as operações deverão prever o controle da poluição sonora e a manutenção preventiva do maquinário para redução da emissão de gases poluentes, além da estrita observância às normas de segurança e saúde ocupacional dos colaboradores.

Por fim, no que tange ao julgamento das propostas e em consonância com o Art. 26 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá estabelecer margem de preferência para serviços que utilizem bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, bem como para empresas que comprovem práticas de sustentabilidade ambiental em seus processos produtivos, visando incentivar a economia de baixo carbono e a eficiência no uso

de recursos naturais pelo Poder Público Municipal.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constataram-se os seguintes riscos:

- I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta - Probabilidade: Provável;
- II - Impugnação do Edital - Probabilidade: Raro;
- III - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Probabilidade: Raro;
- IV - Previsão de quantitativos insuficientes/ excessivamente elevados - Probabilidade: Provável;
- V - Preços incompatíveis com o mercado - Probabilidade: Pouco provável;
- VI - Contratado não assina o contrato - Probabilidade: Raro;
- VII - Atraso na execução dos serviços - Probabilidade: Pouco provável;
- VIII - Execução do serviço fora das especificações - Probabilidade: Raro;
- IX - Contrato não executa o serviço - Probabilidade: Provável;
- X - Inexecução parcial do serviço - Probabilidade: Raro;
- XI - Descumprimento dos prazos de execução sem pedido de prorrogação formalizado - Probabilidade: Pouco provável;
- XII - Contratado não disponibiliza o número de equipes requeridas no contrato - Probabilidade: Pouco provável;
- XIII - Acidente de trabalho/ terceiros - Probabilidade: Raro.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

- I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta - por trata-se de modalidade de licitação diferenciada, pode ser que hajam problemas na fase licitatória - Impacto: Médio;
- II - Impugnação do Edital - em caso de tentativa de impugnação de edital, o mesmo deverá ser avaliado e caso necessário realizar nova licitação - Impacto: Médio
- III - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - em caso onde o serviço não é realizado conforme o contrato, tanto pela contratada quanto pela contratante. - Impacto: Médio;
- IV - Previsão de quantitativos insuficientes/ excessivamente elevados - Necessidade de alteração contratual para acréscimo ou supressão de quantidades - Impacto: Baixo;
- V - Preços incompatíveis com o mercado - pode ocasionar em licitação deserta ou fracassada - Impacto: Médio;
- VI - Contratado não assina o contrato - pode ocasionar no atraso de execução contratual - Impacto: Médio;
- VII - Atraso na execução dos serviços - como trata-se de serviço realizado in loco, sem área de cobertura, as condições climáticas podem interferir na programação da prestação do serviço. - Impacto: Baixo;
- VIII - Execução do serviço fora das especificações - pode ocasionar no atraso de execução contratual - Impacto: Baixo;
- IX - Contrato não executa o serviço - inexecução contratual - Impacto: Alto;
- X - Inexecução parcial do serviço - em caso onde há quebra de contrato durante a execução do serviço prestado. - Impacto: Médio.
- XI - Descumprimento dos prazos de execução sem pedido de prorrogação formalizado - pode ocasionar no atraso de execução contratual - Impacto: Muito Baixo;
- XII - Contratado não disponibiliza o número de equipes requeridas no contrato - poderá ocasionar em atraso no atendimento das demandas - Impacto: Baixa;
- XIII - Acidente de trabalho/ terceiros - necessário que as equipes que forem realizar a obra façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPIs). - Impacto: Baixo;

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

- I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta - Risco: Alto;
- II - Impugnação do Edital - Probabilidade: Risco: Médio;
- III - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Risco: Médio;
- IV - Previsão de quantitativos insuficientes/ excessivamente elevados - Risco: Médio;
- V - Preços incompatíveis com o mercado - Probabilidade: Risco: Médio;
- VI - Contratado não assina o contrato - Risco: Médio;
- VII - Atraso na execução dos serviços - Risco: Médio;
- VIII - Execução do serviço fora das especificações - Risco: Baixo;
- IX - Contrato não executa o serviço - Risco: Alto;
- X - Inexecução parcial do serviço - Risco: Médio;
- XI - Descumprimento dos prazos de execução sem pedido de prorrogação formalizado - Risco:

Baixo;

- XII - Contratado não disponibiliza o número de equipes requeridas no contrato - Risco: Médio;
XIII - Acidente de trabalho/ terceiros - Risco: Baixo.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IM PA C T O	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
<div></div> <div></div> <div></div>			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de monitorar os riscos supracitados afim de acompanhar o melhor andamento e execução do processo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.

Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento

declara **viável** a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de podas e supressões de árvores no município de Joinville, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada a divisão em lotes dos serviços a fim de atender às necessidades do município de Joinville e melhor fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme de Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 29/05/2026, às 16:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Uller de Britto, Coordenador(a)**, em 29/05/2026, às 16:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 29/05/2026, às 16:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jamil El Khaitib, Servidor(a) Público(a)**, em 01/06/2026, às 12:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29571446** e o código CRC **96F61925**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.208155-0

29571446v14